

QUALIDADE E EFICIÊNCIA

Abilio Brunini marca sua gestão com proatividade, economia histórica e reorganização urbana em Cuiabá

Em cinco meses, prefeito de Cuiabá adota gestão técnica, realiza corte de gastos, reorganiza o comércio ambulante e enfrenta críticas por decisões polêmicas

Pág. 5



Foto: Renan Oliveira

CRISE DOS SERVIDORES



Foto: ALMT

Max Russi cobra mudanças nos consignados e critica omissão do governo diante de alertas da CPI

Parlamentar alerta para impacto do superendividamento dos servidores e aponta necessidade de debate transparente sobre a recomposição salarial - Pag. 4

SOLIDARIEDADE E GASTRONOMIA



Foto: Divulgação

Maior festival de churrasco do Brasil abre inscrições para beneficiar instituições filantrópicas

Pág. 8

DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO

Mato Grosso avança em emprego e renda e figura entre os três estados mais desenvolvidos do país

Mato Grosso se destaca no cenário nacional ao figurar entre os três melhores estados em emprego e renda, conforme o Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM) 2023. Com 85,1% dos seus municípios classificados com desenvolvimento alto ou moderado nesse indicador, o estado ocupa o terceiro lugar no ranking, empatado com São Paulo. O desempenho de Mato Grosso fica atrás apenas de Santa Catarina, líder com 95,9% dos municípios bem avaliados, e Mato Grosso do Sul, com 92,4%. O Paraná completa o grupo dos cinco primeiros, com 81,7% das cidades com desenvolvimento predominante.

Além disso, 91,3% da população de Mato Grosso vive em municípios classificados co-



Foto: Reprodução

mo de alto ou moderado desenvolvimento, um percentual significativamente superior à média nacional, que é de 73,3%. No total, 21 municípios do estado estão entre os 500 melhores do país, considerando todas as dimensões do índice.

Leia mais na página 5

DECADÊNCIA NA SOCIEDADE

Vício silencioso: como as apostas digitais estão destruindo famílias e fragilizando a economia brasileira

Com perdas de bilhões, aumento no endividamento e até tentativas de suicídio, especialistas alertam para a epidemia do jogo digital e questionam a eficácia tardia da regulamentação

Pág. 6



Foto: Reprodução



Ela passa a falar uma língua que poucos entendem. Sua liberdade incomoda. Sua intensidade é rotulada como exagero. Sua força é confundida com arrogância. Ela se torna “difícil”, “indomável”, “orgulhosa”. Porque o mundo teme o que não pode controlar



Quando as mulheres são lobas!

Há mulheres que não nasceram para o silêncio, para o recato, para a submissão. Elas nascem com a alma em chamas, o instinto afiado, o olhar profundo e o passo firme. São as lobas. Selvagens, intuitivas, corajosas. Mulheres que não se moldam às expectativas, que não vestem a fantasia da “boazinha” para caber em um mundo feito para homens e para mulheres domesticadas.

Mas, quando uma mulher desperta sua loba interior, quase sempre vem junto um preço: a solidão. E a incompreensão.

Ela passa a falar uma língua que poucos entendem. Sua liberdade incomoda. Sua intensidade é rotulada como exagero. Sua força é confundida com arrogância. Ela se torna “difícil”, “indomável”, “orgulhosa”. Porque o mundo teme o que não pode controlar. E uma mulher que se escuta, que se basta e que se coloca no centro da própria vida — ela é uma ameaça.

Muitas vezes, essas mulheres são silenciadas por olhares de reprovação, julgamentos velados e afastamentos sutis. É como se o mundo dissesse: “Volte à sua forma mansa, sorria mais, diminua-se um pouco para caber aqui de novo.” Mas uma loba, uma vez desperta, não cabe mais em jaulas. Ela prefere a floresta à coleira.

A solidão, então, não é uma escolha, mas uma consequência. Não é que essas mulheres não queiram amar, partilhar, se conectar — elas apenas se recusam a fazer isso à custa de si mesmas. Elas preferem estar só do que mal acompanhadas, preferem o silêncio da própria verdade ao barulho das convenções.



Imagem: Criada por Kleber Simioni com recursos de IA da Microsoft Designer

Ser loba é também carregar um coração sensível, uma alma que pulsa pela cura coletiva, pela liberdade de outras mulheres. Mas, na caminhada, muitas vezes elas são vistas como “radicais”, “revoltadas”, “egoístas”. E isso dói. Porque ser incompreendida não é leve. Mas ser desleal consigo mesma dói ainda mais.

Por isso, quando uma mulher se torna loba, é preciso coragem. Coragem para habitar os vazios, para suportar o isolamento temporário, para resistir à tentação de se encaixar de novo onde já não cabe. E, principalmente, coragem para continuar sendo quem é, mesmo quando o mundo inteiro tenta convencê-la do contrário.

A loba que habita em cada mulher não quer guerra, mas também não aceita migalhas. Ela quer verdade, profundidade, respeito. Ela quer liberdade para amar sem se perder, para cuidar sem se anular, para existir sem se explicar o tempo todo.

E mesmo que o caminho da loba seja, às vezes, solitário, ele é pleno de autenticidade. E mais cedo ou mais tarde, ela encontra outras da mesma alcateia — e juntas, uivam ao luar, lembrando umas às outras que ser incompreendida não é fraqueza. É, muitas vezes, sinal de que se está no caminho certo.

Soraya Medeiros

é jornalista com mais de 23 anos de experiência, possui pós-graduação em MBA em Gestão de Marketing. É formada em Gastronomia e certificada como sommelier

EDITORIAL

Junho Vermelho: O Gesto Que Salva Vidas



O mês de junho traz consigo uma cor que carrega um dos maiores símbolos de solidariedade humana: o vermelho. Mais do que o frio do inverno ou as festas juninas, é nesse período que ganha força a campanha Junho Vermelho, dedicada à conscientização sobre a importância da doação de sangue.

Trata-se de uma ação necessária e urgente. Os bancos de sangue enfrentam quedas preocupantes nos estoques, especialmente nos meses mais frios do ano, quando as doações naturalmente diminuem. Enquanto isso, a demanda por sangue permanece constante — seja para cirurgias, tratamentos de doenças crônicas, atendimentos de urgência ou complicações obstétricas.

Doar sangue é um ato simples, seguro e rápido, mas com um impacto incalculável. Uma única doação pode salvar até quatro vidas. E, ain-

da assim, o número de doadores no Brasil representa apenas uma pequena fração da população. A Organização Mundial da Saúde recomenda que entre 3% a 5% da população seja doadora regular. No Brasil, esse número ainda gira em torno de 1,8%.

O Junho Vermelho é, portanto, mais do que uma campanha: é um chamado à empatia, à cidadania, à responsabilidade coletiva. Não exige heroísmo, apenas disposição. É também um momento para derrubar mitos e desinformações que ainda afastam possíveis doadores, como a falsa ideia de que doar enfraquece o corpo, ou que há riscos graves envolvidos no processo.

Cabe aos governos e instituições públicas promover políticas de incentivo e facilitar o acesso aos hemocentros. Mas a mobilização da sociedade é indispensável. Empresas, escolas, universidades, igrejas e ONGs podem, e devem, abraçar a causa, organizando campanhas, eventos e mutirões.

Mais do que um mês de cor vermelha, junho precisa ser lembrado como o mês em que vidas foram salvas por gestos anônimos de generosidade. Que o Junho Vermelho nos inspire não apenas a doar, mas a incentivar, educar e mobilizar.

Porque sangue não se fabrica, se compartilha.

EXPEDIENTE

DIRETOR
Maykon Milas

DEPTO COMERCIAL
(65) 3052-6030 ou 3052-6031

FOTOS
Assessoria e divulgação

EDITOR DE ARTE
Kleber Simioni

PAUTA
redacaocopopular1@gmail.com
admcopopular1@gmail.com



CIRCULAÇÃO
Cuiabá, Várzea Grande e baixada

Cuiabá-MT - CEP: 78.048-487
Rua I, Nº 105, Edifício Eldorado Hill Office, sala 24 - Alvorada

PINGA FOGO



Recusou o convite

O vereador Daniel Monteiro (Republicanos) recusou o convite do prefeito de Cuiabá, Abílio Brunini (PL), para assumir a Secretaria Municipal de Educação, destacando seu compromisso com o mandato parlamentar recém-iniciado. Em declaração à imprensa, Monteiro afirmou que tem conseguido avanços significativos para a cidade atuando no Legislativo e que, por respeito aos eleitores cuiabanos que o elegeram em 2024, não considera apropriado deixar o cargo apenas seis meses após assumir. Ex-profissional da iniciativa privada e com passagem pela Secretaria de Estado de Educação (Seduc-MT), Monteiro ressaltou ainda sua confiança no atual secretário municipal, Amauri Monge, com quem já trabalhou, além de sua intenção de manter a independência de seu mandato como vereador.

Endividamento de servidores públicos



O Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso (TCE-MT) revelou um cenário preocupante sobre o endividamento dos servidores públicos estaduais: cerca de 62 mil possuem contratos de empréstimos consignados, o que representa aproximadamente 60% do total de servidores, incluindo aposentados e pensionistas. Dentre esses, mais de 20 mil comprometem mais de 35% da renda mensal com os empréstimos, e 7,8 mil ultrapassam o limite de 70%. Os dados foram apresentados durante Mesa Técnica com participação de empresas consignatárias, sindicalistas e representantes da Assembleia Legislativa. O presidente do TCE, conselheiro Sérgio Ricardo, anunciou a criação de uma plataforma digital para receber e analisar detalhadamente todos os contratos até o dia 30 de junho, com o objetivo de compreender a real dimensão das dívidas e buscar soluções para a sustentabilidade financeira dos servidores.

Supersecretaria de Educação



O secretário municipal de Educação de Cuiabá, Amauri Monge, declarou sentir-se um "supersecretário" ao comentar sobre o convite feito ao vereador Daniel Monteiro (Republicanos) para assumir a pasta. Segundo Monge, não houve qualquer desvalorização com a articulação, já que o próprio prefeito Abílio Brunini (PL) afirmou que o objetivo é transformar a secretaria em uma "supersecretaria", unindo esforços entre os dois gestores. Em entrevistas à imprensa, Amauri demonstrou receptividade à ideia e ressaltou o bom relacionamento com Monteiro, com quem já trabalhou na Secretaria de Estado de Educação. Monge, que assumiu a pasta em abril, destacou que a proposta visa fortalecer a gestão educacional diante da complexidade do setor e garantiu que, independentemente de mudanças, o trabalho não será interrompido.

Calçadão dos ambulantes



A Prefeitura de Cuiabá iniciou um novo capítulo na longa discussão sobre o comércio informal ao realocar os vendedores ambulantes para a Travessa Desembargador Lobo, nas imediações da Praça Ipiranga, onde permanecerão em caráter experimental por 30 a 60 dias. Segundo o vereador Rafael Ranalli (PL), caso a experiência seja bem-sucedida, o prefeito Abílio Brunini estuda transformar o local em um calçadão definitivo, oferecendo infraestrutura adequada e formalizando a permanência da categoria. A medida surge após forte resistência dos ambulantes à transferência para o Shopping Orla, considerada inviável comercialmente. A nova proposta busca conciliar organização urbana e subsistência dos trabalhadores informais, mantendo-os próximos do centro e regulamentando suas atividades por meio do Termo de Permissão de Uso (TPU).

Comércio temático e turismo cultural



A vereadora Maysa Leão (Republicanos) propôs a criação de espaços de comércio temático em Cuiabá, durante reunião das comissões de Cultura, Indústria, Comércio e Turismo, solicitando ao secretário municipal Fernando Medeiros um levantamento detalhado das feiras e pontos turísticos culturais da cidade. A parlamentar defende a implantação de polos permanentes voltados ao comércio popular e à cultura, inspirando-se em exemplos de cidades como São Paulo, com bairros temáticos consolidados. A proposta surge em meio aos recentes debates sobre a realocação dos vendedores ambulantes da capital, reforçando a necessidade de um planejamento estruturado e definitivo para o setor. Maysa criticou as soluções improvisadas adotadas até agora, afirmando que é hora de garantir estabilidade aos trabalhadores do comércio informal e fortalecer o turismo local com espaços organizados e culturalmente representativos.

Otaviano Pivetta - Vice-Governador de Mato Grosso

Estado quer limitar consignados a 35% da renda e extinguir cartões vinculados a empréstimos

Durante visita à Assembleia Legislativa de Mato Grosso, o vice-governador Otaviano Pivetta, que ocupa o cargo interinamente, anunciou a entrega de um projeto de lei que regulamenta os empréstimos consignados dos servidores públicos estaduais. A proposta tem como base as recomendações da CPI dos Consignados e prevê medidas como o fim dos cartões consignados, a limitação de 35% da renda para desconto em folha, além do credenciamento restrito a bancos com agências físicas em Mato Grosso.

Segundo o vice-governador, o objetivo é corrigir erros do passado e oferecer maior segurança financeira aos servidores. Ele reconheceu falhas na gestão anterior dos consignados, mas afirmou que não houve má-fé por parte do governo. Servidores prejudicados poderão buscar reparação por meio do Procon, da Defensoria Pública ou de outros órgãos competentes. A Secretaria de Planejamento e Gestão (Seplag) será responsável pela revisão de mais de 300 mil contratos.

Questionado sobre os requerimentos de abertura de uma nova CPI na Assembleia, Pivetta demonstrou resistência à iniciativa, mas admitiu que poderá apoiá-la caso persistam dúvidas mesmo após a apresentação do projeto de lei.

Sobre o cenário eleitoral de 2026, Pivetta minimizou eventuais desconfortos diante de articulações que envolvem nomes como Mauro Mendes e Jaime Campos. Comentou ainda que o Republicanos, partido ao qual é filiado, segue avaliando uma possível federação com o MDB.

“Reconhecemos que tivemos falhas, tivemos erros, e estamos trazendo esse projeto de lei justamente para reparar e deixar de errar”

Ana Carolina Guerra | Da Redação

Centro Oeste Popular – O senhor pode detalhar o projeto de lei que está sendo apresentado para regulamentar os empréstimos consignados dos servidores públicos e explicar de que forma ele incorpora as recomendações da primeira CPI dos Consignados, como o fim dos cartões, a limitação dos descontos e o teto de 35%?

Pivetta – Vou entregar um projeto de lei que disciplina o futuro dos empréstimos consignados aos servidores públicos. A base desse projeto são as recomendações feitas pela primeira CPI dos Consignados, que já previam um teto para os servidores. Embora eu não conheça exatamente todas as recomendações, essas normas e procedimentos têm como finalidade evitar os problemas enfrentados no passado. Um dos principais pontos é o fim dos cartões consignados, a limitação percentual dos descontos e o credenciamento exclusivo a bancos — preferencialmente com agências em Mato Grosso. Essas regras devem garantir mais estabilidade e segurança para os servidores.

Centro Oeste Popular – Qual é o percentual e o valor arrecadado pelo governo do Estado com aquelas taxas embutidas nos empréstimos dos servidores, que o secretário anunciou ter sido retiradas?

Pivetta – Não sei exatamente o valor, revisei esses números recentemente, mas posso afirmar que o fundo existe e será utilizado da forma que o governo julgar mais adequada.

Centro Oeste Popular – Diante dos requerimentos para abertura de uma CPI, o senhor pretende dialogar com os deputados da base para convencê-los a não assinarem os pedidos?

Pivetta – Conversamos com alguns parlamentares e acreditamos que há clareza suficiente

sobre os fatos. Reconhecemos os erros e, por isso, estamos apresentando este projeto de lei, que visa corrigir as falhas e evitar que se repitam. Entendemos que a criação de uma nova CPI não é necessária neste momento. Além disso, todos os servidores que foram lesados poderão buscar reparação por meio do Procon, da Defensoria Pública, da Controladoria Geral do Estado (CGE) ou da Ouvidoria. Temos total compromisso com a assistência aos servidores.

Centro Oeste Popular – Diante dos fatos, o senhor acredita que o servidor Basílio deve permanecer no governo ou há possibilidade de exoneração?

Pivetta – Como estou exercendo o governo de forma interina, não tomo decisões fora do padrão nem adoto medidas drásticas nesse período. O governador é o Mauro Mendes, e estou apenas respondendo temporariamente. Em relação ao Basílio, na minha visão, ele não cometeu nenhuma improbidade. Pode ter havido alguma falha de cuidado, mas estamos trabalhando para corrigir.

Centro Oeste Popular – Por que o governo tem demonstrado resistência à abertura de uma CPI sobre os consignados, mesmo com apoio de deputados, inclusive da oposição?

Pivetta – Todos sabem que uma CPI é um processo imprevisível e não se sabe como ela termina. Por isso, consideramos mais sensato aguardar a apresentação completa das informações e medidas que estamos encaminhando à Assembleia. Se, mesmo assim, persistirem dúvidas, não me oponho à criação da CPI. Temos segurança sobre o que aconteceu, reconhecemos os erros e estamos agindo para corrigi-los. Não houve má-fé nem intenção de prejudicar ninguém. O governo não tem compro-

misso com o erro, e esse projeto é prova disso.

Centro Oeste Popular – Como será aplicada a limitação de 35% da renda mensal dos servidores, considerando o total da dívida contratada? A regra exclui juros ou implicará no alongamento das parcelas?

Pivetta – Qualquer composição da dívida precisa ser negociada entre as partes. Esse projeto de lei não trata da forma de renegociação nem de como será feito o alongamento das parcelas para adequação ao novo teto. O que posso garantir é que todos os servidores prejudicados serão ressarcidos, conforme prevê a legislação. Eles poderão buscar atendimento no Procon, na Defensoria Pública e na Seplag, que fará a revisão dos mais de 300 mil contratos ativos. Queremos usar esse momento para estabelecer uma nova relação com os servidores, baseada em responsabilidade e educação financeira. O objetivo é garantir que os trabalhadores cheguem ao fim do mês com parte do salário disponível, já que muitos hoje comprometem quase 100% da renda, o que compromete a saúde financeira das famílias e a produtividade do próprio servidor.

Centro Oeste Popular – Considerando o apoio do deputado estadual Júlio Campos à candidatura de Mauro Mendes ao Senado e a articulação com Jaime Campos para o governo em 2026, o senhor, como vice-governador e membro do Republicanos, sente-se desprestigiado?

Pivetta – De forma alguma. O deputado Júlio Campos tem total direito de expressar suas posições políticas, assim como o senador Jaime Campos é uma figura respeitada no cenário estadual. Não vejo problema nisso. Seguimos firmes com nossos projetos e ideias, e ainda temos um ano e meio até as eleições para acompanhar o andamento das articulações.

Acesse: www.grupomilas.com.br



CRISE DOS SERVIDORES

Max Russi cobra mudanças nos consignados e critica omissão do governo diante de alertas da CPI

Parlamentar alerta para impacto do superendividamento dos servidores e aponta necessidade de debate transparente sobre a recomposição salarial

■ Ana Carolina Guerra | Da Redação

O deputado estadual Max Russi (PSB) voltou a cobrar providências mais firmes do Governo de Mato Grosso diante da crise dos empréstimos consignados, que atinge milhares de servidores públicos estaduais. Em entrevista, ele criticou a omissão da gestão estadual por não ter seguido os alertas apontados pela CPI dos Consignados, realizada pela Assembleia Legislativa.

Russi defendeu duas frentes de atuação imediata. A primeira é garantir que os órgãos de controle, como o Tribunal de Contas do Estado (TCE), o Ministério Público e a Polícia Civil, conduzam as investigações com rigor e punam as instituições bancárias envolvidas em práticas abusivas. A segunda é a aprovação de um novo marco legal que impeça a repetição do problema.

“Se aqueles apontamentos da CPI lá atrás tivessem sido seguidos pelo governo, com certeza não chegaríamos ao ponto a que chegamos hoje. Não foram seguidos, chegamos a um ponto crítico e precisamos encontrar uma solução. O primeiro passo é deixar os órgãos



Foto: ALMT

Apesar da gravidade da situação, o deputado se posicionou contra a instalação de uma nova CPI sobre o tema. Para ele, a oportunidade foi perdida anteriormente e, neste momento, os órgãos de controle já estão atuando de forma mais eficaz

de controle investigarem e punirem os bancos, buscar os recursos e evitar prejuízos aos nossos servidores. O segundo é criar uma lei para que isso não volte a acontecer. Fizemos uma CPI, passaram-se alguns anos e o mesmo problema voltou. Agora, precisamos de um projeto firme por parte do governo. E, se o projeto que o governador apresentar não chegar à Assembleia com essas características, tenho certeza de que vamos propor emendas para garantir, no mínimo, esses pontos que mencionei”, declarou.

Apesar da gravidade da situação, o deputado se posicionou contra a instalação de uma nova CPI sobre o tema. Para ele, a oportuni-

dade foi perdida anteriormente e, neste momento, os órgãos de controle já estão atuando de forma mais eficaz. Ele também criticou a participação do secretário de Planejamento, Basílio Bezerra, nas apurações internas conduzidas pelo próprio governo. “Não é razoável que alguém investigue a própria pasta onde ocorreu o problema”, afirmou, embora tenha negado ter sugerido o afastamento do secretário.

Enquanto isso, o Tribunal de Contas de Mato Grosso (TCE-MT) promoveu sua terceira reunião para discutir a crise dos consignados. O encontro, realizado na Escola Superior de Contas, contou com a presença de representantes do Governo do Estado, do Tribunal de Justiça

(TJMT), Ministério Público, Defensoria Pública, sindicatos, deputados e empresas consignatárias. O presidente do TCE, conselheiro Sérgio Ricardo, deu prazo até o dia 18 de junho para que todas as instituições financeiras apresentem os contratos assinados com os servidores. Caso contrário, as dívidas poderão ser declaradas nulas.

O conselheiro também propôs ao governo estadual mudanças no Decreto nº 691/2016, que atualmente permite o comprometimento de até 70% da renda líquida dos servidores. Em resposta, o Executivo encaminhou à Assembleia Legislativa um projeto de lei que reduz esse limite para 35% e prevê a criação de uma ouvidoria especializada em consignações. O texto já foi aprovado em primeira votação.

Paralelamente, o Ministério Público instaurou um inquérito civil para investigar práticas abusivas da empresa Capital Consig S.A., que teria firmado contratos irregulares com servidores. Auditorias realizadas pela Controladoria-Geral do Estado (CGE) identificaram falhas como a liberação de valores inferiores aos previstos em contrato e a transferência de operações para instituições não autorizadas, como a Cartos Sociedade de Crédito Direto S.A. e a BRK S.A. Crédito, Financiamento e Investimento.

Max Russi também aproveitou a oportunidade para comentar sobre a possível apresentação de uma Proposta de Emenda Constitucional (PEC) que anularia o direito à recomposição salarial (RGA) congelada durante a pandemia. Segundo ele, a PEC ainda não foi apresentada formalmente, mas deverá ser amplamente debatida caso seja protocolada na Assembleia.

PARLAMENTAR CONSERVADOR

Rafael Ranalli defende limites à liberdade de expressão e critica apologia ao crime em piadas e músicas

Durante a entrevista, o vereador ainda reforçou que o país está vivendo uma grande inversão de valores e ditadura



Foto: Câmara de Cuiabá

■ Ana Carolina Guerra | Da Redação

O **vereador de Cuiabá, Rafael Ranalli (PL)**, comentou a prisão recente do humorista Léo Lins e do funkeiro MC Poze e defendeu limites à liberdade de expressão quando, segundo ele, há apologia ao crime ou desrespeito à dignidade humana. Em entrevista, o parlamentar afirmou que, embora o humor e a música sejam manifestações culturais importantes, eles precisam ser exercidos com responsabilidade, especialmente diante do aumento da influência de conteúdos que, em sua visão, glamorizam a criminalidade.

“Fui criado nos anos 80, numa época em que as piadas eram feitas com todo mundo e ninguém estava isento. O humorista vivia disso, era o ofício dele. Hoje, no entanto, vemos uma perseguição explícita a quem faz humor, enquanto, do outro lado, se instala uma ditadura velada. O Léo Lins foi preso, condenado a oito anos e ainda recebeu multa. Ao mesmo tempo, o MC Poze, que faz apologia ao crime organizado, foi solto. Essa inversão de valores é algo que denunciamos o tempo todo. No Brasil, parece mais fácil incentivar o uso de drogas e armas do que contar uma piada. O humor precisa ser livre, mas não pode fazer apologia ao crime. O mesmo vale para músicas que romantizam o tráfico e a violência. Estamos vendo um avanço da criminalidade que começa pelo discurso — e isso precisa de um freio”, comentou o vereador.

Ranalli também relacionou a discussão à realidade das comunidades periféricas de Cuiabá, que, segundo ele, estão cada vez mais vulneráveis à atuação de facções criminosas. O vereador alertou sobre o impacto social causado por discursos que, sob a justificativa artística, acabam normalizando o crime e atraindo jovens para o tráfico. “O que começa como ‘piada’ ou ‘letra de música’ termina em jovens sendo coop-

tados por organizações criminosas. Isso precisa ser enfrentado com firmeza”, declarou.

Apesar das críticas, o vereador reafirmou sua defesa da cultura e da liberdade de expressão, destacando, no entanto, que esses direitos devem ser exercidos dentro dos limites legais e morais. Ele afirmou ser a favor da arte, do humor e da música, mas ressaltou a importância de responsabilizar aqueles que ultrapassam esses limites e acabam contribuindo para a degradação social.

Ainda durante a entrevista, Ranalli falou sobre o andamento das obras de reconstrução do Mercado Municipal Miguel Sutil, demolido para reformas em 2023. O parlamentar, que integra a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) instaurada para investigar o contrato da obra, afirmou estar satisfeito com o ritmo dos trabalhos e destacou que a empresa responsável está cumprindo o cronograma. A comissão realizou uma visita técnica ao canteiro de obras na última semana e, segundo o vereador, o novo espaço será um marco para a cultura, o turismo e a economia da cidade.

“Acredito que eles vão cumprir, sim, o planejamento de entregar a obra em outubro e inaugurar em dezembro. O nosso trabalho, enquanto CPI, deve ser entregar o relatório nos próximos 10 a 15 dias. Até hoje, só por uma questão processual, pedi para estender o prazo, para evitar que uma sessão ou outra eventualmente não aconteça, o que poderia impedir a votação e estourar o prazo regimental. Então, pedi a prorrogação da CPI por 120 dias. Porém, não acredito que vamos usar esse prazo todo, foi apenas uma questão de segurança legal. Quanto ao andamento das obras, fiquei muito feliz com o que vi. Graças a Deus, Cuiabá vai ter uma excelente obra, um novo mercado, e, assim espero, mais um ponto de visitação no centro da cidade”.

COMUNICAÇÃO ESTRATÉGICA

Fábio Monteiro destaca o papel da Dialum Assessoria de Imprensa na preservação da reputação

O jornalista fala sobre sua trajetória e como criou a agência, que é focada em comunicação estratégica e defesa da reputação, com forte valorização do jornalismo impresso e combate à desinformação

■ Maria Cardoso | Da Redação

Com 15 anos de atuação nos setores público e privado, o **jornalista Fábio Monteiro**, fundador da agência Dialum Assessoria de Imprensa e Comunicação Estratégica, construiu sua carreira com foco na gestão de imagem e reputação. Formado pela Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), iniciou sua trajetória ainda na faculdade, em estágios voltados para assessoria de imprensa, e desde então se consolidou como referência no segmento.

“Trabalhei na comunicação do Governo do Estado, durante a gestão de Blairo Maggi, passei pela Câmara Municipal de Cuiabá e cheguei à Assembleia Legislativa, onde fui secretário de Comunicação e também ocupei o cargo de ouvidor-geral. Essas experiências me prepararam para lidar com gestão de crises, momentos em que a reputação de uma autoridade ou instituição pode estar realmente em risco”, relembra.

A experiência adquirida no setor público e o desejo de empreender resultaram na criação da Dialum, em 2015. A agência, que completará dez anos em 2025, tem como foco principal a comunicação estratégica voltada à proteção e valorização da imagem de pessoas, empresas e instituições.

“Nossa atuação vai além da assessoria de imprensa tradicional. Trabalhamos para garantir que nossos clientes tenham voz diante da imprensa, seja para potencializar algo positivo, seja para se defender em momentos de crise. O foco é a reputação, e ela precisa ser cuidada com responsabilidade e verdade”, explica.

Para Fábio, o jornal impresso continua sendo relevante, mesmo diante do cresci-



Foto: Assessoria

mento dos veículos digitais. Segundo ele, o impresso ainda exerce um papel fundamental, especialmente pela sua credibilidade e alcance geográfico.

“O jornal impresso é um documento. Ele tem peso, tradição e chega a locais onde, muitas vezes, a internet não alcança. Em Mato Grosso, nem todos têm acesso a sites de notícias, mas o jornal impresso circula em todos os municípios. Por isso, dentro da Dialum, sempre orientamos nossos clientes e equipe a buscar também esse espaço”, afirma.

Fábio também destaca a responsabilidade do bom jornalismo, tanto nas redações quanto nas assessorias de imprensa, no combate à desinformação. Para ele, a comunicação séria tem o dever de dar luz à verdade.

“Nosso maior ativo é a reputação. O bom jornalismo, feito com ética, contribui para que a verdade seja estabelecida e evidenciada. Nós, que trabalhamos com imagem, temos a missão de garantir que essa voz seja cristalina, cristalina no sentido de verdadeira. É assim que combatemos a propagação das fake news”, conclui.

QUALIDADE E EFICIÊNCIA

Abilio Brunini marca sua gestão com proatividade, economia histórica e reorganização urbana em Cuiabá

Em cinco meses, prefeito de Cuiabá adota gestão técnica, realiza corte de gastos, reorganiza o comércio ambulante e enfrenta críticas por decisões polêmicas

Ana Carolina Guerra | Da Redação

Com pouco mais de cinco meses à frente da Prefeitura de Cuiabá, o prefeito Abilio Brunini (PL) vem se consolidando como um dos gestores mais proativos da história recente da capital mato-grossense. Conhecido por sua postura combativa enquanto deputado federal, manteve o perfil exigente ao assumir o Executivo municipal, mas tem demonstrado maturidade política ao adotar uma abordagem mais cautelosa e técnica em sua gestão.

Desde o primeiro dia no cargo, vem promovendo uma série de ações voltadas à reestruturação da máquina pública, à redução de gastos e à melhoria dos serviços essenciais. Em apenas 100 dias, sua administração anunciou uma economia histórica de R\$ 138 milhões em contratos públicos — valor 40% superior à meta inicial de R\$ 100 milhões. A força-tarefa revisou, renegociou ou cancelou centenas de contratos das gestões anteriores, o que, segundo a equipe técnica,

Foto: Rennan Oliveira



Paralelamente, Abilio intensificou ações de zeladoria urbana, como tapa-buracos, limpeza de praças, cobrança pela presença de médicos nas unidades de saúde e fiscalização de obras públicas

poderá gerar uma economia acumulada superior a R\$ 1 bilhão até o fim do mandato.

A redução de despesas não ficou apenas no papel. Parte do montante economizado foi utilizada para quitar dívidas herdadas, como o pagamento da folha salarial de dezembro de 2024, no valor de R\$ 106 milhões, além de viabilizar a revogação da taxa do lixo, sem prejuízo à arrecadação do município.

Paralelamente, Abilio intensificou ações de zeladoria urbana, como tapa-buracos, limpeza de praças, cobrança pela presença de médicos nas unidades de saúde e fiscalização de obras públicas. Já nos primeiros dias de janeiro, vistoriou o Mercado do Porto e o Aquário Municipal, apontando problemas estruturais herdados da gestão ante-

rior. Também participou ativamente de ações emergenciais, como no caso das enchentes no bairro São Mateus.

Uma das pautas mais delicadas da atual gestão tem sido a reorganização do comércio ambulante no Centro Histórico. Com o objetivo de desobstruir calçadas e melhorar a mobilidade urbana, a Prefeitura lançou o programa “Ambulante em Ordem”, que realocou os trabalhadores informais para a Travessa Desembargador Lobo, em um projeto piloto com duração prevista de 30 a 60 dias. A nova localização foi definida após diálogo entre o Executivo, a Câmara Municipal e representantes dos ambulantes, incluindo sindicatos e lideranças da comunidade haitiana. A proposta prevê transformar o local em um calçadão permanente, caso a experiência seja bem-sucedida.

A ação tem sido bem recebida por parte da população e por alguns ambulantes, que destacam a valorização do diálogo e a melhoria nas condições de trabalho. Além disso, o prefeito ofereceu alternativas aos trabalhadores informais, como a ocupação de espaços no Shopping Orla ou o encaminhamento para vagas formais oferecidas por lojistas do Centro. A permanência nas calçadas, no entanto, foi descartada, com o prefeito ressaltando a necessidade de cumprir a legislação e garantir a acessibilidade nas vias públicas.

Mesmo diante da situação alarmante em que Cuiabá se encontrava no início do mandato, a aprovação popular é significativa. De acordo com informações obtidas pelo jornal Centro Oeste Popular, pesquisas apontam que cerca de 60% da população aprova a atual gestão, sobretudo pelos avanços em infraestrutura, saúde e controle fiscal. A revitalização do Centro Histórico e a agilidade nas pequenas obras de bairro reforçam a imagem de um prefeito presente e atuante.

COBRANÇA RIGOROSA

Multa de R\$ 5 mil para quem jogar lixo nas ruas entra em vigor em Mato Grosso e gera expectativas de melhorias nos municípios

Nova lei estadual busca coibir descarte irregular de resíduos e prevê canal de denúncias com recompensa para cidadãos



Foto: Mayke Toscano/SecomMT

A nova legislação, sancionada pelo governador Mauro Mendes (União), também prevê a apreensão de veículos, equipamentos ou instrumentos utilizados na infração

Ana Carolina Guerra | Da Redação

O hábito de jogar lixo nas ruas pode sair caro em Mato Grosso. Começou a valer uma nova lei estadual que estabelece multa de R\$ 5 mil para quem for flagrado descartando lixo de forma irregular em espaços públicos, como ruas, praças e demais logradouros. A medida tem como objetivo combater a poluição, preservar o meio ambiente e garantir mais qualidade de vida nas cidades.

O descarte incorreto de resíduos sólidos, orgânicos ou inorgânicos, de origem doméstica, comercial, industrial, hospitalar ou especial, é um problema crônico nas áreas urbanas. Bueiros entupidos, lixo acumulado e ruas alagadas são algumas das consequências da falta de consciência ambiental. Segundo o Governo do Estado, o lixo jogado nas vias públicas interfere diretamente no funcionamento da rede de drenagem, dificultando o escoamento da água, provocando enchentes, causando mau cheiro e deixando os espaços públicos com um aspecto sujo.

A nova legislação, sancionada pelo governador Mauro Mendes (União), também prevê a apreensão de veículos, equipamentos ou instrumentos utilizados na infração. Caso o lixo seja descartado a partir de um veículo, a multa será aplicada ao CPF do condutor, que ainda perderá o direito ao desconto no IPVA.

Outro ponto de destaque da lei é a criação do sistema “Fiscaliza pelo Cidadão”, por meio do aplicativo MT Cidadão, que permitirá denúncias da população com recompensa. Quem registrar o descarte irregular com fotos ou vídeos e fizer a denúncia pelo app poderá receber até 20% do valor da multa aplicada, ou seja, até R\$ 1 mil. A identidade do denunciante será mantida em sigilo.

Conforme apurações, os valores arrecadados com as multas serão direcionados a ações de conscientização e educação ambiental, além de programas de recuperação do meio ambiente em Mato Grosso. A Procuradoria-Geral do Estado (PGE) será responsável pela cobrança do débito em caso de inadimplência.

DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO

Mato Grosso avança em emprego e renda e figura entre os três estados mais desenvolvidos do país

Com 85,1% dos municípios com alto ou moderado desenvolvimento, o estado supera a média nacional e mostra avanços na geração de empregos, educação e saúde, refletindo crescimento econômico e melhoria da qualidade de vida

Ana Carolina Guerra | Da Redação

Mato Grosso se destaca no cenário nacional ao figurar entre os três melhores estados em emprego e renda, conforme o Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM) 2023. Com 85,1% dos seus municípios classificados com desenvolvimento alto ou moderado nesse indicador, o estado ocupa o terceiro lugar no ranking, empatado com São Paulo. O desempenho de Mato Grosso fica atrás apenas de Santa Catarina, líder com 95,9% dos municípios bem avaliados, e Mato Grosso do Sul, com 92,4%. O Paraná completa o grupo dos cinco primeiros, com 81,7% das cidades com desenvolvimento predominante.

Além disso, 91,3% da população de Mato Grosso vive em municípios classificados como de alto ou moderado desenvolvimento, um percentual significativamente superior à média nacional, que é de 73,3%. No total, 21 municípios do estado estão entre os 500 melhores do país, considerando todas as dimensões do índice.

Criado em 2008 e atualizado em 2023 com nova metodologia, o IFDM avalia os municípios brasileiros a partir de indicadores de Emprego & Renda, Saúde e Educação. A pontuação varia de 0 a 1, sendo que valores próximos a 1 indicam maior desenvolvimento socioeconômico. As classificações são: desenvolvimento crítico (0 a 0,4), baixo (0,4 a 0,6), moderado (0,6 a 0,8) e alto (0,8 a 1). No indicador Emprego & Renda, são consideradas variáveis como absorção de mão de obra formal, proporção de desligamentos voluntários (indicador de confiança dos trabalhadores), PIB per capita, participação dos salários no PIB, população em situação de pobreza ou baixa renda e diversidade econômica.

O relatório também revela que, entre 2013 e 2023, 83,6% dos municípios brasileiros apresentaram crescimento no IFDM Emprego & Renda, com um aumento ainda maior de 84,7% no período mais recente, de 2021 a 2023, demonstrando a recuperação do mercado de trabalho após a pandemia.



Foto: Reprodução

O bom desempenho de Mato Grosso é atribuído a uma economia diversificada, com forte presença do agronegócio e crescimento nos setores de serviços e indústria. Isso tem favorecido a expansão do emprego formal e a melhoria das condições de vida da população. A alta taxa de desligamentos voluntários também sinaliza maior confiança dos trabalhadores em buscar novas oportunidades, indicando dinamismo e otimismo no mercado local.

No ranking das capitais brasileiras, Cuiabá melhorou sua posição, subindo do 10º para o 7º lugar em uma década, com um crescimento de 14,1% no índice geral, que passou de 0,6942 para 0,7922. A capital está acima da média nacional das capitais (0,7269) e também da média dos municípios brasileiros não capitais, refletindo avanços nos setores de emprego, educação e saúde.

Entre os municípios mato-grossenses, Lucas do Rio Verde é o mais desenvolvido, com 0,8160 pontos, ocupando a 171ª posição nacional. É o único município do estado a alcançar a classificação de alto desenvolvimento, com mais de 0,8 pontos, seguido por Primavera do Leste (0,8050). Outros municípios que se destacam na lista dos mais desenvolvidos incluem Cuiabá, Sinop, Rondonópolis, Alta Floresta, Sorriso, Nova Mutum, Campo Verde e Tangará da Serra.

No entanto, o contraste no desenvolvimento municipal também é evidente: Nova Nazaré, com apenas 0,3326 pontos, ocupa a última posição no estado e a 5.563ª no ranking nacional, sendo classificada como de desenvolvimento crítico.

DECADÊNCIA NA SOCIEDADE

Vício silencioso: como as apostas digitais estão destruindo famílias e fragilizando a economia brasileira

Com perdas de bilhões, aumento no endividamento e até tentativas de suicídio, especialistas alertam para a epidemia do jogo digital e questionam a eficácia tardia da regulamentação

Ana Carolina Guerra | Da Redação

O Brasil deu um passo decisivo rumo à regulamentação das apostas online. Mais de 100 empresas solicitaram autorização para operar legalmente no país. A nova legislação prevê que apenas plataformas autorizadas poderão atuar, com sanções para as que descumprirem as normas. No entanto, para especialistas e instituições que lidam com os impactos sociais da atividade, as medidas chegam tarde e podem já estar defasadas, considerando o estrago causado nas famílias e na economia.

A explosão dos jogos de aposta, especialmente plataformas como o Fortune Tiger, popularmente conhecido como "jogo do tigrinho", deixou um rastro de prejuízos financeiros e emocionais. Dados do banco Itaú apontam que brasileiros perderam cerca de R\$ 24 bilhões em apostas online em apenas um ano. Essa evasão de capital tem efeito direto na economia: menos consumo interno, mais endividamento e crescimento de problemas de saúde mental, incluindo quadros graves como ansiedade, depressão e até suicídio.

Segundo Gabriel Galípolo, diretor de Política Monetária do Banco Central, mesmo com o aumento da renda nos últimos anos, o consumo interno não acompanhou essa elevação. Uma das explicações pode estar na destinação desses recursos para apostas. Em vez de impulsionar o mercado interno, esse dinheiro vai para o exterior, já que a maioria das plataformas opera fora do Brasil.

Diante da situação complicada, a consultora Ione Amorim, do Instituto de Defesa do Consumidor (Idec), afirma que o tempo sem regulamentação permitiu que as plataformas crescessem de forma descontrolada, atraindo influenciadores pagos para promover apostas e criando um ambiente favorável à compulsão, com promessas de lucros rápidos.

De acordo com a análise da Strategy&, o impacto é especialmente severo entre as classes D e E. O estudo revela que 76% das despesas com lazer dessas faixas sociais vão para apostas, o que equivale a 5% do orçamento destinado à alimentação. A dependência é rápida e afeta a estabilidade emocional e financeira. Uma pesquisa do Instituto Locomotiva estima que 20% das pessoas de baixa renda apostam pelo menos uma vez por mês. Em muitos casos, o pouco que se ganha nas apostas é reinvestido no jogo, sem gerar retorno à economia real.

Com o aumento das apostas e a crescente divulgação por digital influencers, os casos extremos já alcançaram as páginas policiais. Em Santo Antônio do Descoberto (DF), uma jovem de 23 anos foi presa após tentar matar a filha de dois anos e cometer suicídio. O motivo: dívidas geradas pelo jogo do tigrinho. No interior de São Paulo, uma enfermeira desapareceu por uma semana após perder tudo em apostas. Influenciadores já foram presos por atrair jogadores com promessas falsas de lucro, e há relatos de suicídios em estados como Maranhão e Alagoas ligados a perdas expressivas nas plataformas.

A discussão sobre a influência de celebridades nas apostas digitais chegou ao Senado. A influenciadora Virginia Fonseca prestou depoimento à CPI das Bets, criada para apurar os impactos dos jogos de aposta online no orçamento das famílias brasileiras e a possível associação dessas plataformas com organizações criminosas envolvidas em lavagem de dinheiro.

A convocação de Virginia, que acumula cerca de 50 milhões de seguidores no Instagram, foi feita pela relatora da CPI, senadora Soraya Thronicke (Podemos-MS), e aprovada no final do ano passado. No requerimento, Soraya argumentou que a presença da influenciadora se justifica pela sua "expressiva popularidade e relevância no mercado digital, onde exerce forte influência sobre milhões de seguidores em diversas plataformas". A senadora destacou que Virginia esteve envolvida em campanhas de marketing para casas de apostas, utilizando sua ampla base de seguidores para divulgar essas atividades.

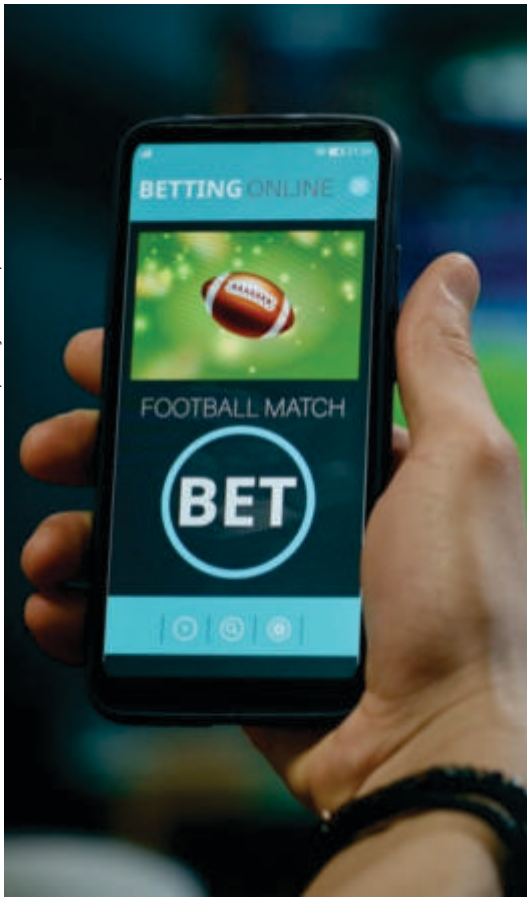
Durante o depoimento, a influenciadora respondeu perguntas sobre os contratos com empresas de apostas, as formas de divulgação utilizadas e a produ-

Foto: Reprodução



No site Reclame Aqui, dezenas de queixas revelam a frustração de usuários com o Fortune Tiger, que relatam dificuldades para sacar os valores supostamente ganhos e acusam o jogo de ser manipulado para provocar perdas constantes

Foto: Reprodução site https://indicias.portalindustria.com.br/



Com o aumento das apostas e a crescente divulgação por digital influencers, os casos extremos já alcançaram as páginas policiais. Em Santo Antônio do Descoberto (DF), uma jovem de 23 anos foi presa após tentar matar a filha de dois anos e cometer suicídio

ção dos conteúdos. Ela falou na condição de testemunha e destacou sua trajetória nas redes sociais:

“Comecei na internet com 17 anos. Hoje tenho 26. Sempre fui tomando conta de tudo. Minha carreira deu uma reviravolta quando conheci o Zé (Felipe, cantor e marido), começamos a morar juntos, casei, engravidei, e hoje temos três filhos. No meio disso, virei empresária, apresentadora, mãe e continuo sendo influencer”, afirmou.

Além de Virginia, a CPI também convocou outras figuras conhecidas da internet, como a advogada e influenciadora Deolane Bezerra, que obteve um habeas corpus e foi liberada da oitiva.

No site Reclame Aqui, dezenas de queixas revelam a frustração de usuários com o Fortune Tiger, que relatam dificuldades para sacar os valores supostamente ganhos e acusam o jogo de ser manipulado para provocar perdas constantes. De acordo com especialistas em psicologia, essa sensação de armadilha não é fruto do acaso. O psiquiatra Rodrigo Machado, da Universidade de São Paulo (USP), afirma que o design desses jogos é estruturado para ativar os mesmos mecanismos cerebrais de recompensa que atuam no vício em drogas. Segundo ele, trata-se de um vício comportamental: os jogos estimulam áreas do cérebro ligadas à gratificação imediata, tornando os usuários cada vez mais vulneráveis e propensos a assumir riscos maiores.

O problema vem crescendo e atingindo até crianças. O Instituto Alana denunciou a Meta ao Ministério Público de São Paulo por permitir que a publicidade desses jogos alcance o público infantil. Segundo a denúncia, influenciadores mirins são contratados para promover apostas, mirando deliberadamente um público que sequer tem maturidade para entender os riscos.

A regulamentação está em andamento e propõe regras de publicidade e critérios de operação para as apostas online, mas especialistas temem que, além de chegar com atraso, as medidas sejam ineficazes diante da dimensão do problema. A consultora Ione Amorim compara o cenário atual à antiga crise dos bingos e caça-níqueis, alertando

que, hoje, o público afetado é ainda mais amplo. Segundo ela, não se trata mais apenas de idosos: jovens, crianças e famílias inteiras estão sendo sugadas por essa nova onda de jogos. Amorim também critica o discurso das empresas sobre "jogo responsável", questionando a real preocupação dessas plataformas com a saúde dos usuários.

1 MILHÃO de leitores por mês

GRUPO

milas

DE COMUNICAÇÃO

Popular

tangara

AnotíciaMT

RESUMO

GRUPO NA WEB

www.copopular.com.br

www.anoticiamt.com.br

www.tangaraonline.com.br

www.resumoonline.com.br

O maior portal de notícias do médio norte alcançando mais de 400 mil leitores mês.

Popular

tangara

copopular.com.br

(65) 3052-6030 / 3052-6031

GRUPO

milas

DE COMUNICAÇÃO

INFRAESTRUTURA PRECÁRIA

Tragédias e descaso: BR-163 e Contorno Leste acumulam acidentes e mortes por falhas em segurança viária

Alta taxa de acidentes, mortes e a ausência de sinalização e iluminação colocam em alerta dois dos principais corredores viários de Mato Grosso: a BR-163 e a rodovia Contorno Leste, em Cuiabá

■ Ana Carolina Guerra | Da Redação

O trecho da BR-163 que liga Sinop (MT) a Miritituba – distrito de Itaituba (PA) – se tornou um dos mais perigosos do país. Dados da concessionária Via Brasil revelam que, em 2024, foram registrados 1.304 acidentes na rodovia, sendo 65 com mortes. Nos primeiros meses de 2025, foram contabilizados 145 acidentes, com duas vítimas fatais e 28 pessoas feridas.

Um dos casos mais chocantes ocorreu no dia 10 de fevereiro, quando o adolescente Davi Arthur dos Santos Amaral, de 14 anos, morreu ao ser atropelado por uma caminhonete enquanto empurrava sua bicicleta e tentava atravessar a rodovia no km 1030. O local, que corta áreas urbanas, possui apenas uma passarela e um quebra-molas, mas carece de barreiras de proteção para impedir a travessia de pedestres. Além disso, a rodovia conta com redutores de velocidade insuficientes.

Em Mato Grosso, entre janeiro e a primeira quinzena de fevereiro deste ano, ocorreram 80 acidentes na BR-163. No ano passado, foram 559 casos registrados. Em Peixoto de Azevedo, a 692 km de Cuiabá, o número de acidentes aumentou 5% entre 2023 e 2024, somando 361 ocorrências, das quais 12 resultaram em morte. Moradores locais cobram melhorias na sinalização e na infraestrutura da rodovia, apontando a negligência como fator agravante das tragédias.

Em nota, a concessionária Via Brasil informou que já instalou 34 radares, sendo dois deles no perímetro urbano de Peixoto de Azevedo, e construiu uma passarela na região. A empresa também declarou investir em campanhas educativas de trânsito e atribuiu a maioria dos acidentes ao comportamento humano.

Ainda segundo a concessionária, mais de 20 pessoas morreram nos trechos sob sua concessão entre 2024 e os dois primeiros meses de 2025. Os acidentes foram mais frequentes nos



Em Mato Grosso, entre janeiro e a primeira quinzena de fevereiro deste ano, ocorreram 80 acidentes na BR-163. No ano passado, foram 559 casos registrados

finais de semana, especialmente aos sábados (110) e domingos (93). Colisões traseiras (127 registros) e saídas de pista (96) figuram entre as principais causas, associadas a falhas humanas como distração, excesso de velocidade e falta de distância segura entre veículos.

Apesar de uma leve redução em 2025, os números continuam preocupantes: 46 acidentes sem vítimas, 31 com vítimas e três mortes. Os dias mais críticos passaram a ser quinta-feira (19 acidentes) e quarta-feira (16 acidentes). As saídas de pista seguem como principal causa, com 22 registros.

Paralelamente, a rodovia Contorno Leste, em Cuiabá, também apresenta uma situação alarmante. Após uma série de acidentes atribuídos à falta de iluminação e sinalização, o prefeito Abílio Brunini determinou ações emergenciais para melhorar a segurança na via. A

medida foi anunciada após uma visita técnica ao local. O prefeito destacou que o trecho foi inaugurado com “maquiagem” pela gestão anterior, apenas para fins políticos, inclusive com uma “gambiarra” no fornecimento de energia para parecer funcional.

Durante a vistoria, foram constatadas diversas falhas, como a ausência de sinalização horizontal e vertical, escassez de iluminação em pontos críticos como rotatórias e acessos a bairros, e a colocação inadequada de postes metálicos sob a linha de alta tensão. Segundo técnicos da Prefeitura, esses postes deveriam ter no máximo dois metros de altura, conforme normas da Eletronorte, para evitar riscos de choque elétrico e até mortes.

Diante da gravidade da situação, a Prefeitura, por meio das Secretarias de Mobilidade Urbana e Obras, iniciou a instalação de novas placas de sinalização e elaborou um projeto

emergencial para instalar postes de iluminação nos pontos mais críticos da via. De acordo com o setor de iluminação pública, um novo projeto elétrico aguarda aprovação da Eletro-norte para substituir os postes inadequados.

Segundo Abílio, o objetivo é garantir a segurança de quem utiliza a avenida Contorno Leste, principalmente à noite, quando os riscos são maiores. A equipe responsável está adotando medidas imediatas, como a sinalização de advertência e a iluminação da via, para que as pessoas possam trafegar com mais tranquilidade e segurança.

Além das intervenções emergenciais, a gestão municipal prepara ações de médio e longo prazo para requalificar o local, buscando melhorar as condições de mobilidade urbana na capital mato-grossense e reduzir o número de acidentes.

À FAVOR

Deputado Diego Guimarães defende rigor na apuração de fraudes nos consignados e avalia apoio à CPI

Deputado afirma que analisará fundamentos antes de assinar CPI sobre irregularidades nos consignados e defende reformas para proteger servidores públicos

■ I Maria Cardoso | Da Redação

O deputado estadual Diego Guimarães (Republicanos) afirmou que está estudando a possibilidade de assinar o requerimento para a criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) com o objetivo de investigar as denúncias de irregularidades envolvendo empréstimos consignados destinados aos servidores públicos do Estado de Mato Grosso. O caso já está sendo alvo de auditoria pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE-MT) e vem sendo tratado com seriedade pela Assembleia Legislativa.

Para Guimarães, a CPI pode ser um instrumento legítimo de investigação política e administrativa, desde que seja fundamentada em requerimentos sólidos e com objetivos claros. “Se eu entender que há fundamento, não terei nenhuma dificuldade em assinar o requerimento da CPI. Esta Casa precisa investigar responsabilidades, sejam de secretários, servidores ou das empresas que prestavam serviços de consignado ao funcionalismo estadual”, declarou o parlamentar.



O deputado reforçou que sua posição é técnica e independente de alinhamentos partidários. Ele destacou que, embora faça parte da base do governo, isso não o impede de assinar qualquer requerimento

O deputado reforçou que sua posição é técnica e independente de alinhamentos partidários. Ele destacou que, embora faça parte da base do governo, isso não o impede de assinar qualquer requerimento, desde que o tema seja sério e bem fundamentado. Para ele, trata-se de uma situação grave e notória, em que servidores públicos foram lesados, e, por isso, a Assembleia Legislativa tem tratado o assunto com seriedade desde o início.

Diego também mencionou a tramitação de um projeto de lei, que deverá ser aprovado ainda nesta semana, com o objetivo de reformular

as regras do crédito consignado em Mato Grosso. A proposta prevê um limite de 35% da renda mensal para empréstimos e cartões consignados, além da extinção de uma cobrança adicional de 7% repassada a um fundo estadual.

“O projeto vai corrigir uma cobrança abusiva e limitar os descontos, garantindo mais proteção ao servidor. É uma resposta concreta a um problema estrutural que agora veio à tona com essas denúncias”, afirmou.

Questionado sobre a manutenção do secretário de Planejamento no cargo durante as investigações, o deputado avaliou que o go-

vernador Mauro Mendes assumiu o risco político ao mantê-lo. O deputado ressaltou que, até o momento, não há provas de envolvimento direto do secretário no esquema, mas alertou para as consequências.

“O governador assumiu o ônus político. Se for comprovado envolvimento, o prejuízo político será dele. Acho que poderia ter afastado o secretário até a conclusão da auditoria. A decisão, no entanto, é exclusiva do Executivo”, declarou.

Diego também informou que o governo suspendeu as cobranças dos consignados por 120 dias e iniciou uma auditoria nos contratos firmados com três empresas que já estão impedidas de operar.

“Se houver CPI, o secretário será convocado e deverá responder por tudo o que for apontado, seja pelo TCE, pela Delegacia do Consumidor, pelos sindicatos, pelo Ministério Público ou por esta Casa”, completou.

O deputado ainda comentou sobre a possibilidade de o vereador Daniel Monteiro, do Republicanos, assumir a Secretaria Municipal de Educação de Cuiabá, conforme diálogo com o prefeito Abílio Júnior. Segundo Guimarães, a eventual nomeação seria técnica e voltada para a melhoria da qualidade da educação.

“O Daniel é experiente, foi secretário de Estado por quatro anos e conhece a área. Não se trata de colocar alguém do partido, mas de garantir avanços. O que queremos é melhorar a infraestrutura, os índices educacionais e as condições de trabalho dos nossos servidores”, afirmou.

Ao ser questionado sobre os reflexos políticos desse movimento para o cenário de 2026, o deputado foi enfático em dizer que uma coisa não tem relação com a outra e que o mais importante no momento é entregar resultados à população.

Acesse:
www.copopular.com.br

SOLIDARIEDADE E GASTRONOMIA

Maior festival de churrasco do Brasil abre inscrições para beneficiar instituições filantrópicas

Evento será realizado em Cuiabá no dia 12 de julho; inscrições vão até 5 de maio e edital já está disponível online

Da Redação

As inscrições para o cadastro de instituições filantrópicas interessadas em receber doações do Festival Braseiro, em Cuiabá, estão abertas até o dia 5 de maio. O edital completo está disponível no site www.festival-braseiro.com.br.

Reconhecido como o maior evento do Brasil no segmento de churrasco, o Braseiro é 100% filantrópico e já destinou, desde sua criação em 2016, aproximadamente R\$ 3,1 milhões a entidades beneficentes.

Na última edição, realizada em Rondonópolis, foram arrecadados cerca de R\$ 400 mil por meio da bilheteria, além de R\$ 87 mil obtidos com a prestação de serviços, como estacionamento e bar quente. Todo o valor foi destinado a 38 instituições sociais. O evento também dá um destino ambientalmente responsável aos materiais recicláveis descartados, como latas de alumínio, que são encaminhadas a uma cooperativa de reciclagem.

De acordo com o presidente da Associação Braseiro, Marco Túlio Duarte Soares, as entidades interessadas em participar passam por um processo criterioso de avaliação, que inclui visitas presenciais realizadas por uma comissão responsável por observar as necessidades específicas de cada organização. Após o festival,

Fotos: Divulgação



Durante o festival, o público poderá aproveitar 80 estações gastronômicas com cortes variados de carnes bovina, suína, de carneiro, frango, peixes e sobremesas, preparados por cerca de 500 churrasqueiros

as doações são feitas em forma de materiais e serviços, conforme a realidade identificada em cada instituição.

Para Marco Túlio, mais do que um evento de gastronomia de excelência, o Festival Braseiro se destaca por sua essência solidária, mobilizando o público e os voluntários em prol de causas sociais.

O Festival Braseiro será realizado no dia 12 de julho, no Sesi Papa, em Cuiabá. Em Rondonópolis, o evento ocorrerá no dia 6 de setembro. Os ingressos já estão à venda e podem ser adquiridos presencialmente na Loja Braseiro, no Shopping Estação (piso L2), e na Celeiro Carnes, localizada na Avenida Miguel Sutil, 6300, bairro Santa Marta. Em Rondonópolis, os ingressos estão disponíveis nas unidades da Celeiro Carnes. A venda online também está disponível no site oficial, com opções de pagamento via Pix ou em até quatro vezes no cartão de crédito, sem juros. Crianças de até 11 anos têm entrada gratuita.

Durante o festival, o público poderá aproveitar 80 estações gastronômicas com cortes variados de carnes bovina, suína, de carneiro, frango, peixes e sobremesas, preparados por cerca de 500 churrasqueiros. As opções incluem parrilla, carnes no fogo de chão, hambúrgueres e paella de frutos do mar. Serão servidos cerveja Louvada, refrigerantes e água no sistema open bar. Bebidas destiladas, que não integram o open bar, também estarão disponíveis, com toda a renda revertida para uma instituição beneficente.

O evento contará ainda com seis horas de programação musical ao vivo, reunindo artistas de estilos variados e promovendo uma experiência completa de entretenimento, sabor e solidariedade.

NÃO TEM DESCULPA. PROVOCAR INCÊNDIO É CRIME

O GOVERNO DE MT ESTÁ MONITORANDO EM TEMPO REAL. QUEM FOR FLAGRADO QUEIMANDO SERÁ RESPONSABILIZADO CRIMINALMENTE.

PERÍODOS PROIBITIVOS

PANTANAL
01/06 A 31/12

CERRADO E AMAZÔNIA
01/07 A 30/11

ÁREAS URBANAS
ANO TODO

DENUNCIE 193

mt.gov.br [secom_mt](#)

[govmatogrosso](#)

**MATO GROSSO É
TOLERÂNCIA
ZERO**
CONTRA CRIMES AMBIENTAIS



**Governo de
Mato
Grosso**